



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTIVIDADE EM PLENÁRIO

Informação Nº 06-IX-2005/2006

Torno público, para conhecimento e consideração dos Cidadãos e das Instituições, Organizações e Entidades locais, que a Assembleia Municipal de Almada realizou a Sessão Plenária referente ao mês de Setembro, nos dias 28 e 29 de Setembro, em que debateu a Actividade Municipal e aprovou, por iniciativa própria ou por proposta da Câmara Municipal, as seguintes deliberações:

DELIBERAÇÕES

1 - Sobre a Revisão da Lei das Finanças Locais

O Governo apresentou à Assembleia da República uma nova Lei de Finanças Locais que põe em causa a capacidade de intervenção e a autonomia do Poder Local tal como está instituído pela Constituição da República.

Considerando que:

- As Autarquias beneficiam apenas de 11,7% das Receitas do Estado e são responsáveis por apenas 9,9% das Despesas do Estado, mas suportam mais de 40% do investimento público do nosso País.
- Os Municípios têm vindo a contribuir decisivamente para a redução do défice público, registando um saldo positivo de 25 milhões de euros em contraste com o défice do Estado, que situa em mais de 6.800 milhões de euros.
- Acresce que a dívida financeira do Estado atingiu, em finais de 2004, 84 milhões de euros e a dos 208 Municípios a dívida de 4 mil milhões de euros, o



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que significa que apenas 5% da dívida financeira do Estado é responsabilidade dos Municípios, enquanto 95% é responsabilidade do Governo.

- A Proposta de Lei do Governo se for aprovada como se encontra formulada provocará uma diminuição no volume de obras municipais e na qualidade dos serviços prestados às populações o que representará um agravamento na qualidade de vida e no bem estar dos cidadãos.

⇒ Pelo que a Assembleia Municipal deliberou considerar inaceitável a Proposta de Lei de Finanças Locais apresentada pelo Governo, apelando para que a Assembleia da República a rejeite, dando início a uma reflexão aprofundada e participada na construção de uma lei absolutamente estrutural para o desenvolvimento do País e da democracia. Deliberou ainda apoiar a realização do XVI Congresso (Extraordinário) da Associação Nacional e expressar a plena disposição de prosseguir a defesa dos interesses e a melhoria das condições de vida dos Cidadãos do Concelho.

2 - Sobre a Instalação de Uma Linha de Muito Alta Tensão na Charneca de Caparica e Trafaria

A Rede Eléctrica Nacional pretende instalar uma Linha Eléctrica de Muito Alta Tensão que no território das Freguesias da Charneca de Caparica e Trafaria obriga a colocação de 46 grandes postes com alturas de 17 e 50 metros e a atravessar as localidades das Quintas da Queimada e da Saudade, Alto do Vale do Rosal, Quinta Nova, Botequim, Quintas da Salema e dos Loios, Lazarim, Areeiro, Pêra do Meio e as Quintas dos Cavaleiros e da Bica.

A Câmara Municipal apresentou alternativas de traçado para esta situação como para outros casos idênticos, defendendo que o mais adequado é que o traçado seja associado ao espaço adjacente à rede viária e ferroviária e assim o



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

mais afastado possível de zonas habitacionais e de equipamentos colectivos, para que não estejam tão expostos ao campo electromagnético e respectivas radiações. No caso concreto o traçado mais adequado é o espaço de protecção da Auto Estrada do Sul e a Linha de Caminho de Ferro.

- ↗ Tendo em consideração que o Secretário de Estado do Ambiente despachou favoravelmente o traçado proposto pela REN, a Assembleia Municipal deliberou solicitar ao Governo que analise as preocupações das Autarquias e dos Cidadãos quanto ao traçado da Linha de Muito Alta Tensão na Charneca de Caparica e Trafaria, atenda as propostas apresentadas pela Câmara Municipal para que a infra-estrutura eléctrica, também importante para o desenvolvimento local e regional, se compatibilize com o bem estar e a qualidade de vida das populações, não afecte o ambiente e o ordenamento do território.

3 - Sobre o Sistema de Segurança Social Nacional

Em consideração que o Sistema de Segurança Social público, universal e solidário, é uma das conquistas democráticas mais importantes e significativas dos portugueses e do Portugal de Abril, que sofre presentemente uma das mais violentas ofensivas, colocando em causa um direito fundamental dos trabalhadores.

- ↗ Pelo que a Assembleia Municipal denuncia as pretensões inaceitáveis de redução de direitos dos trabalhadores através do aumento da idade da reforma e a redução continuada do valor das pensões.
- ↗ Exige ao Governo que as dívidas à Segurança Social sejam efectivamente cobradas e liquidadas e garanta que os meios financeiros não são utilizados



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

para outros fins que não os resultantes directamente do objecto do sistema de Segurança Social.

- ⇒ Reafirma que o Sistema de Segurança Social é um direito constitucional dos Portugueses, uma garantia para quem vive do seu trabalho ou da sua reforma, pelo que deve continuar público, universal e solidário.

4 - De Solidariedade com os Trabalhadores da Gestnave

Os trabalhadores da Gestnave têm os seus postos de trabalho em causa, devido à decisão do Governo de extinguir a empresa em Dezembro de 2007, para tanto já foram informados que todos aqueles que não estão abrangidos pelo “Plano de Pré-Reformas” terão que optar pelas chamadas “rescisões voluntárias” ou serão alvo de despedimento colectivo.

Por outro lado existe um protocolo assinado em 1997 pelo Governo com o Grupo Mello estipulando que o quadro de pessoal da Lisnave deveria ter 1339 trabalhadores. Acontece que presentemente a Lisnave tem 400.

- ⇒ Pelo que a Assembleia Municipal protesta contra a decisão do Governo e reclama que ao invés de decidir pelo despedimento dos trabalhadores, imponha a aplicação do Protocolo, garantindo a própria viabilidade da empresa.

5 - Sobre o Protesto Geral de 12 de Outubro

A população portuguesa enfrenta uma situação verdadeiramente insustentável face ao quadro social e económico que se coloca para o presente e o futuro próximo.

Portugal tem um dos mais baixos salários mínimos da União Europeia a 25, e o poder de compra dos salários e pensões de reforma caiu 8% nos últimos 3



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

anos, ao mesmo tempo que se verifica o aumento do custo de vida e o encarecimento dos bens de primeira necessidade e dos serviços públicos.

O direito à segurança social pública, universal e solidária é posta em causa e enfrenta graves ameaças para o futuro. Pretendem o aumento da idade da reforma, o aumento das contribuições dos trabalhadores (apenas) e a diminuição gradual do valor das pensões.

O desemprego afecta mais de meio milhão de portugueses e 58% destes não tem acesso ao subsídio de desemprego. Um em cada cinco trabalhadores (e um em cada dois jovens trabalhadores) está em situação de trabalho precário. A estes 750 mil trabalhadores com contratos precários, juntam-se ainda os mais de 570 mil em regime de trabalho a tempo parcial.

Desacreditam a Função Pública, não modernizam nem rentabilizam o aparelho de Estado e remetem a componente social e as pessoas para segundo plano.

Aumentam e generalizam as “taxas moderadoras” nas prestações de cuidados de saúde e reduzem a comparticipação dos medicamentos.

Tudo isto ao mesmo tempo que as dez maiores fortunas do País registam um crescimento de 13%, em que grupos económicos, principalmente do sector financeiro, apresentam os maiores lucros de sempre, em que a Banca tem, em 2005, aumentos de lucros de cerca de 70%.

Impõe-se assim uma mudança de rumo que consagre o combate às injustiças, às desigualdades e à exploração.

⇒ Neste contexto, a Assembleia Municipal decidiu saudar a acção de Protesto Geral pela Mudança de Políticas convocada pela CGTP para a tarde do dia 12 de Outubro, em Lisboa.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6 - De Subscrição da Declaração do 4º Fórum Mundial da Água

O 4º Fórum Mundial da Água realizado em Março de 2006 no México, so o tema “Acções Locais para um Desafio Global” foi uma importante iniciativa do Conselho Mundial da Água em que participaram também Eleitos Locais de todo o Mundo.

Traduziu-se por um importante contributo para o desenvolvimento sustentável do planeta e a defesa da água doce enquanto recurso limitado, e indispensável para a vida, um bem comum e um património da humanidade.

No Fórum foi aprovada uma Declaração relativa às responsabilidades dos eleitos locais em matéria de água potável e saneamento e de reconhecimento do seu determinante e insubstituível papel na gestão do recurso água.

Pelo que a Assembleia Municipal deliberou:

- ↗ **Subscrever a Declaração do 4º Fórum Mundial da Água;**
- ↗ **Proclamar que a Água é um bem público, social e cultural, e um direito fundamental;**
- ↗ **Declarar que a Água e os Serviços de Água não podem ser tratados como mercadoria, ou sujeitos às regras do mercado, devendo ser assumido inequivocamente como “Serviços de Interesse Geral e Social”;**
- ↗ **Felicitar os SMAS de Almada pela sua competente acção.**

7 - Em defesa dos Serviços Públicos

Assiste-se a um violento ataque contra a Administração Pública, procurando “diabolizar” os seus trabalhadores e considerá-la a causa da presente crise económica e social, ao mesmo tempo que preconizam que o Estado deve deixar



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de prestar os serviços públicos essenciais à população (saúde, educação, protecção social, ...) entregando-os a outros interesses, sobretudo privados.

O Governo vem propondo o caminho para o “emagrecimento” do Estado e das suas funções sociais, através da redução drástica do número de funcionários, quando hoje (e segundo dados do Eurostat) Portugal é o País da União Europeia com menor número de trabalhadores na Administração Pública em relação à população activa.

Ao mesmo tempo pretende precarizar ainda mais os vínculos laborais e ligar as carreiras e as remunerações à avaliação do desempenho.

Neste quadro a Assembleia Municipal decide:

- ⇒ Manifestar apoio a uma reforma da Administração Pública de que resulte uma efectiva descentralização, a concretização da regionalização administrativa, a desburocratização dos serviços, a transparência do seu funcionamento, a motivação e responsabilização dos trabalhadores e sua dignificação e valorização profissional, assim como medidas que elevem a qualidade dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, e a sustentabilidade da segurança social.
- ⇒ Apoiar todas as medidas tendentes a que o Estado e a Administração Pública desempenhem um papel essencial para a concretização de uma política de desenvolvimento económico e social capaz de responder aos grandes problemas que o país atravessa.
- ⇒ Repudiar as medidas assumidas pelo Governo para o “emagrecimento” do Estado e das suas funções sociais, preconizando uma “maior flexibilidade” dos serviços através de parcerias “público-privadas” ou através do recurso



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ao “outsourcing”, ao mesmo tempo que facilita e preconiza os vínculos laborais dos funcionários públicos.

8 - De Saudação à Associação dos Urbanistas Portugueses e à Ordem dos Arquitectos

Pela realização no Concelho de Almada das XII Jornadas Nacionais da Associação dos Urbanistas Portugueses que decorrerão nas instalações do Fórum Municipal Romeu Correia nos próximos dias 27 a 29 de Outubro e do Congresso Nacional da Ordem dos Arquitectos, que decorrerá entre 23 e 25 de Novembro em diversos espaços municipais, designadamente o novo Teatro Municipal e o Fórum Romeu Correia, a que se junta a realização da primeira edição do Prémio Municipal de Arquitectura, de que é Presidente do júri o Arquitecto Silva Dias, que será alvo de uma homenagem através de uma exposição especialmente dedicada ao seu trabalho e à sua obra de grande relevo nacional e internacional. Estes importantes eventos são exemplos da capacidade de realização que o nosso Concelho atingiu e constituem naturalmente momentos altos que representam motivo de orgulho e regozijo dos cidadãos e seus representantes e prestigiam o município de Almada.

⇒ Pelo que a Assembleia Municipal decide saudar calorosamente e reconhecidamente a Associação dos Urbanistas Portugueses e a Ordem dos Arquitectos, por terem escolhido o Concelho de Almada para a realização de tão importantes e significativos eventos, desejando-lhes trabalhos profícuos para o Urbanismo, a Arquitectura e seus profissionais, para que tenhamos cada vez mais urbes sustentáveis, participativas e solidárias.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

9 - De Pesar pelo falecimento do Eng. Adelino Moura

Adelino Paiva Moura, ilustre cidadão almadense e destacado desportista, colectivista e dirigente associativo, faleceu no passado dia 25 de Agosto e com o seu desaparecimento físico o Movimento Associativo Desportivo, Cultural e Social do Concelho de Almada e do Distrito de Setúbal perde um dos seus mais insignes, abnegados e marcantes dirigentes e o desporto Nacional, estimulador de valores e construtor de atletas e cidadãos, perde uma grande referência.

Ao lado de uma actividade profissional reconhecida, empenhou-se e destacou-se em múltiplas vivências ligadas á vida desportiva, cultural e política. Foi um desportista de grande prestígio, um atleta e um treinador de alto nível, e um dirigente associativo que marcou indelevelmente várias gerações de almadenses.

Embora o Almada Atlético Clube fosse a colectividade do seu coração e o andebol a modalidade que mais o notabilizou, é justíssimo afirmar que era um destacado activista do movimento associativo, dirigente em diversas colectividades e um exemplo de cidadania.

Pelo que a Assembleia Municipal deliberou:

- ↗ Exaltar e elevar como exemplo e referência, o Homem, a Obra, os Feitos de Adelino Moura, reconhecendo o Homem bom e solidário, o comunicador de valores, o dirigente associativo íntegro, o munícipe interventor e participante na vida da cidade.
- ↗ Prestar sentida homenagem à memória do ilustre cidadão almadense que foi Adelino Moura, atleta destacado, treinador de grande nível e mérito e marcante dirigente associativo, e apresentar à sua família o mais profundo sentimento de pesar e perda.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

10 - De Pesar pelo falecimento da Dr^a Maria Teresa Ambrósio

A Dr^a Teresa Ambrósio consagrou a sua vida á causa da Educação e da Democracia em Portugal, e desenvolvia actualmente actividade de Consultora da União Europeia na Área da Educação e Formação.

Foi deputada socialista da Assembleia da República, entre 1975 e 1983, onde exerceu as funções de presidente das Comissões Parlamentares da Educação e da Condição Feminina e de vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS.

Foi professora associada da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (Departamento de Ciências Sociais Aplicadas). Doutorou-se em Ciências da Educação pelas Universidades de Tours e de Lisboa. Tinha Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento pelo Universidade de Grenoble e Licenciatura em Ciências Físico-Químicas pela Universidade de Lisboa.

Foi Presidente do Conselho Nacional de Educação, e membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

⇒ Pelo que a Assembleia Municipal lhe prestou homenagem curvando-se perante a sua memória e apresentou sentidas condolências á família desta mulher superior.

11 - Sobre a Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis

⇒ A Assembleia Municipal nos termos do Decreto-Lei nº 287/2003 e da Lei nº 5-A/2002, fixou a Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, para vigorar no ano de 2007, respectivamente:

- a) Prédios Rústicos 0,8%
- b) Prédios Urbanos 0,7%



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- c) Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI 0,5%
- d) Redução de 20% das taxas para prédios arrendados para habitação em todo o território do município.

12 - Sobre o Lançamento de uma Derrama sobre o IRC

Considerando que importa continuar o esforço municipal de investimento na ampliação das Redes Escolar, de Bibliotecas e Desportiva na medida que uma boa rede de equipamentos colectivos é uma importante ajuda às famílias, mas também beneficia as actividades económicas.

- ⇒ A Assembleia Municipal ao abrigo da Lei nº 42/98 e da Lei nº 5-A/2002 autorizou a Câmara Municipal a lançar para o ano de 2007 uma derrama de 10% sobre a Colecta do Importo sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, destinado a apoiar investimentos no Concelho, nomeadamente, ao nível das obras de ampliação da Rede Escolar e Jardins de Infância, da Rede de Equipamentos Desportivos e da Rede de Bibliotecas.

13 - Sobre a regulamentação de Descentralização de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia

- Considerando que se alcança uma maior eficácia e eficiência na actividade administrativa com a descentralização de certas competências municipais nas freguesias, proporcionando proveitos para a qualidade de vida dos cidadãos e a imagem do Concelho, ao mesmo tempo que se pratica o princípio da subsidiariedade inscrito na Constituição da República e na Carta Europeia de Autonomia Local;
- Considerando que o projecto de Regulamento apresentado pela Câmara Municipal inscreve os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

financeiros, técnicos e humanos necessários e as actividades objecto de delegação;

- ⇒ Nestes termos a Assembleia Municipal aprovou o Regulamento de Delegação de Actos da Competência da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia, em que se integram designadamente o “Apoio e Conservação das Escolas do 1º Ciclo, os Jardins de Infância e os Parques Infantis”, a “Gestão e Conservação de Mercados, Cemitérios, Recintos Desportivos descobertos, Sanitários Públicos, Abrigos de Passageiros”, a “Colocação de Placas Toponímicas”, a “Carta de Caçador e Licença de Caça”, a Recolha de monos domésticos e aparas de jardins”.

14 - Sobre a Construção do Centro Comunitário dos Três Vales no Monte de Caparica

- Considerando que a construção do Centro Comunitário dos Três Vales na Caparica vai desenvolver-se durante os anos de 2006 e 2007, por a adjudicação da obra ter sido feita no passado mês de Julho;
- Considerando assim que é necessário decidir sobre como distribuir os meios financeiros com carácter plurianual, tal como solicitado pelo Tribunal de Contas;
- ⇒ Pelo que a Assembleia Municipal autorizou a inscrição das verbas para assegurar os encargos plurianuais de construção do Centro Comunitário dos Três Vales – Monte de Caparica / PIA sendo 200.000 € para 2006, e 591.074,32 € para 2007.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

15 - Sobre a Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal

A Associação de Municípios propõe a alteração do projecto dos seus Estatutos por forma a que os quatro Municípios do Sul do Distrito (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines) participem com uma quota “simbólica” pelo facto dos referidos Municípios integrarem e contribuírem significativamente para a Associação de Municípios do Litoral Alentejano.

⇒ Assim a Assembleia Municipal, no exercício da competência para fixar as condições da participação do Município de Almada na Associação de Municípios da Região de Setúbal, aprova a alteração estatutária em que os 4 Municípios do Sul do Distrito tem cada um uma contribuição anual de 3.000 € e os 9 Municípios da Península de Setúbal tem cada um uma contribuição anual de 1% do global do montante atribuído do Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal e Fundo de Base Municipal.

Almada, em 04 de Outubro de 2006

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)